

CONTRATO Nº 8/2017

EMPREITADA DE “BENEFICIAÇÃO DE CAMINHOS RURAIS”

--- Aos vinte e nove dias do mês de junho do ano de dois mil e dezassete, perante mim Ilda Maria Ramos Lourenço Marques, Chefe de Divisão Administrativa e Financeira, exercendo as funções de oficial público da Câmara Municipal de Marvão, conforme despacho do Senhor Presidente da Câmara datado de três de novembro do ano dois mil e catorze, compareceram: -----

--- Como primeiro outorgante o Município de Marvão, pessoa coletiva número 501170162, representado pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, Vítor Manuel Martins Frutuoso, com domicílio necessário no edifício dos Paços do Concelho, Largo de Santa Maria, em Marvão, no uso da competência que lhe confere a alínea a) do número um e a alínea f) do número dois, do artigo trigésimo quinto da Lei número 75/2013, de 12 de setembro.-----

E -----

--- Como segundo outorgante, a empresa ASCOP – Construção Civil e Obras Públicas, Lda, com sede em Rua Aquilino Ribeiro, 34, 1º Esquerdo, 3620-330 Moimenta da Beira, pessoa coletiva número 500952574, com o mesmo número de matrícula na Conservatória do Registo Comercial de Moimenta da Beira, com o capital social de 100.000 €, titular do Alvará de Construção número 4685-PUB, neste ato legalmente representada por Secundino do Nascimento, contribuinte fiscal número 121296113, titular do Cartão de Cidadão número 04265682 válido até 1 de março de 2020, na qualidade de sócio gerente da mencionada sociedade, conforme consulta on-line no sítio da Internet www.portaldaempresa.pt efetuada no dia vinte e oito de junho de 2017, documento que fica arquivado em anexo ao presente contrato. -----

---- Reconheço a identidade do primeiro outorgante por ser do meu conhecimento pessoal, bem como e com o mesmo fundamento a qualidade que se arroga e os poderes que legitimam a sua intervenção neste ato. -----

---- A identidade do segundo outorgante verifiquei-a pela apresentação dos documentos atrás referidos. -----

---- E pelos outorgantes foi dito que nos termos do seguinte clausulado celebram entre si o presente contrato de empreitada: -----

Cláusula Primeira

Objeto

---- O presente contrato tem por objeto a execução, pelo segundo outorgante ao primeiro outorgante, da empreitada de "BENEFICIAÇÃO DE CAMINHOS RURAIS". -----

Cláusula Segunda

Prazo de execução

---- A empreitada objeto do presente contrato deverá ser integralmente executada no prazo de 60 dias de calendário iniciados a contar da data da assinatura do auto de consignação da obra e de termo após o decurso do aludido prazo. -----

Cláusula Terceira

Preço e condições de pagamento

---- 1 – O encargo total do presente contrato é de 74.182,12 € (Setenta quatro mil cento e oitenta dois euros e doze cêntimos), sendo 69.986,81 € (Sessenta nove mil novecentos e oitenta seis euros oitenta um cêntimos) referentes ao valor da empreitada e 4.199,56 € (quatro mil cento e noventa nove euros e cinquenta seis cêntimos) relativos ao valor do I.V.A.-----

---- 2 – O pagamento do encargo previsto no número anterior será efetuado pelo primeiro outorgante ao segundo outorgante mediante a apresentação de Autos de Medição e respetivas faturas, com observância do disposto no artigo 387º e seguintes do Decreto-Lei nº18/2008, de 29 de Janeiro. -----

Cláusula Quarta

Dotação Orçamental

---- O encargo resultante do presente contrato, cujo n.º de compromisso é 14663 tem cabimento no Orçamento Municipal aprovado pela Assembleia Municipal e a

classificação orçamental, por onde será satisfeito é a seguinte: Classificação Orgânica: Capitulo zero dois, Classificação Económica: zero sete; zero três; zero três; zero oito. - Código do Plano Plurianual de Investimentos: zero nove; zero zero um; dois mil e dezassete barra trinta e dois. A dotação global inscrita no orçamento e o saldo disponível para o ano de dois mil e dezassete é de 242.465 €. -----

Cláusula Quinta

Caução

---- 1 – Não é exigida caução, por o valor do contrato se confinar nos limites do artigo 88º, do Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro e conforme previsto no Caderno de Encargos. -----

---- 2 – Em cada um dos pagamentos serão retidos 10% do seu valor, nos termos do n.º 3 do mesmo artigo, para efeitos de garantia. -----

Cláusula Sexta

Prazo de Garantia da obra

---- Conforme o previsto na clausula 38.º do caderno de encargos o prazo de garantia da obra varia de acordo com os seguintes tipos de defeitos, e inicia-se a contar da data da assinatura do auto de receção provisória:-----

- a) Cinco anos para os defeitos que incidam sobre elementos construtivos estruturais; --
- b) Cinco anos para os defeitos que incidam sobre elementos construtivos não estruturais ou instalações técnicas; -----
- c) Dois anos para os defeitos que incidem sobre equipamentos afetos à obra, mas dela autonomizáveis. -----

Cláusula Sétima

Documentos integrantes

---- Na execução dos trabalhos que constituem objecto deste contrato e em todos os atos que lhe digam respeito, o adjudicatário obriga-se a cumprir o disposto na sua Proposta, Programa de Procedimento, Caderno de Encargos e Lista Contratual de Preços Unitários que para todos os efeitos, fazem parte integrante do presente contrato.-----

Cláusula Oitava

Revisão de preços

---- 1 – A revisão dos preços contratuais será efectuada nos termos do disposto no Decreto-Lei nº 6/2004, de 6 de Janeiro, segundo a fórmula tipo F 16 – Conservação de Estradas, de acordo com o Despacho Nº 1592/2004, II Série, de 23 de Janeiro. -----

---- 2 – O pagamento das revisões de preços deverá ser efectuado no prazo máximo de 44 dias, nos termos do art. 17º do Decreto-Lei nº 6/2004, de 6 de Janeiro, contados, consoante dos casos: -----

---- a) Das datas dos autos de medição ou das apresentações dos mapas de quantidades de trabalhos previstos nos artigos nºs 387º a 391º do Decreto-Lei nº18/2008, de 29 de Janeiro-----

Cláusula Nona

Foro competente

---- Para todas as questões emergentes do presente contrato será competente o Tribunal Administrativo e Fiscal de Castelo Branco.-----

Cláusula Décima

Legislação aplicável

A tudo o que não esteja previsto no presente contrato aplica-se o disposto no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro e na restante legislação aplicável. -----

Cláusula Décima Primeira

Disposições finais

---- 1 – A empreitada relativa ao presente contrato foi autorizada por despacho do Sr. Vice-Presidente datado de 24 de maio de 2017. -----

---- 2 – A empreitada objeto do presente contrato foi adjudicada por despacho do Sr. Presidente da Câmara datado de 22 de junho de 2017.-----

---- 3 – A minuta relativa ao presente contrato foi aprovada por despacho do Sr. Presidente da Câmara datado de 22 de junho de 2017. -----

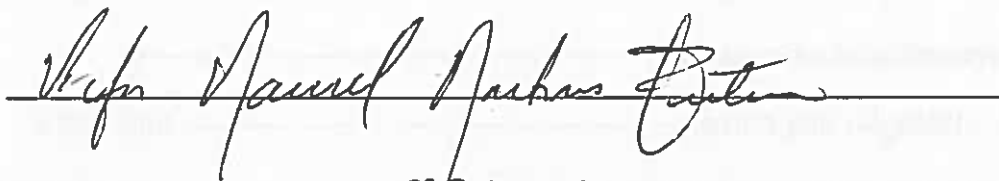
Cláusula Décima Segunda

Documentos anexos

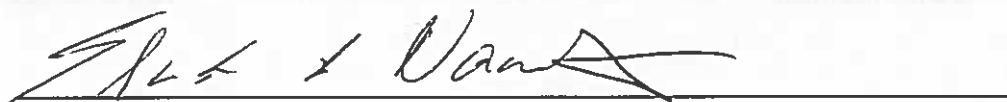
---- Arquivam-se os seguintes documentos:-----

- a) Identificação dos representantes do segundo outorgante; -----
- b) Certidão Permanente da Conservatória do Registo Comercial de Moimenta da Beira; -----
- c) Alvará de Construção; -----
- d) Certidão de não dívida do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social;----
- e) Certidão do Serviço de Finanças de Marvão; -----
- f) Documento comprovativo de que não se encontra na situação prevista na alínea i) do artigo 55º do Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro (registo criminal individual, no caso de se tratar de pessoas singulares, ou, no caso de se tratar de pessoas colectivas, o registo criminal dos titulares dos órgãos sociais da administração, direcção ou gerência das mesmas).-----

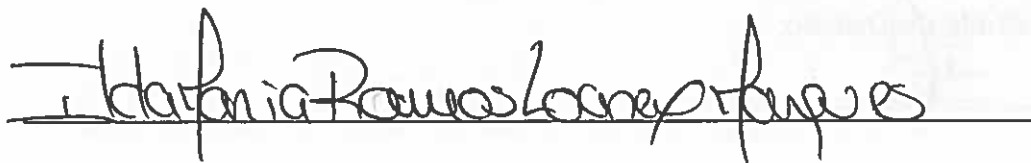
1º Outorgante



2º Outorgante



O Oficial Público



Informação de cabimento:

Município de Marvão, de 29 de junho de 2017

Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais

➤ Orçamento Municipal 100%

Orçamento para o ano de 2017

Classificação Orgânica/Económica: 02 07030308 Viação Rural

1 – Dotação inicial -----	3.000 €
2 – Reforços/anulações-----	239.465 €
3 – Congelamentos/descongela- mentos -----	€
4 = 1+2-3 – Dotação corrigida -----	242.465 €
5 – Compromissos assumidos -----	€
6 = 4-5 – Dotação disponível-----	242.465 €
7 – Compromisso relativo à despesa em análise -----	74.186,02 €
8 = 6-7 – Saldo residual -----	168.278,98€

O Chefe de Divisão,

